

COMUNICAÇÃO

TROPAS E TROPEIROS NO ABASTECIMENTO DA REGIÃO MINERADORA NO PERÍODO DE 1693 A 1750

*Claudia Maria das Graças Chaves
Vera Lucia Dutra Vieira
UFMG*

I

O período de 1693 a 1750 tem como parâmetro o início do povoamento da capitania mineira era função do descobrimento dos veios auríferos até a decadência visível da mineração. E nesta fase de surgimento das primeiras vilas e povoamentos que se iniciam, junto a mineração, as atividades ligadas ao comércio e a agricultura.

Estas atividades que dão apoio e subsídios a mineração são fundamentais para a formação e desenvolvimento das Minas Gerais. Neste quadro, os tropeiros desempenharam um importante papel como agentes dinamizadores do sistema. Eles tornaram possível a entrada e escoamento de mercadorias oriundas de outras regiões ou mesmo da própria capitania. Assim, interligaram a região mineradora a São Paulo, Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco, atuando ao mesmo tempo como atravessadores, comerciantes e, ainda, como mensageiros e contrabandistas.

A importância de se estudar o trabalho dos tropeiros no período colonial revela-se, sobretudo, através das incipientes análises econômicas das minas gerais, que não permitiram ainda um consenso quanto ao estágio de desenvolvimento das atividades agropastoris da região, durante a primeira metade do século XVIII.

Procurando comprovar a existência da agropecuária já nos primórdios de Minas Gerais, consoante a hipótese de que as atividades agropastoris não passaram a existir somente após a decadência da mineração, mas simultaneamente, dando-lhe apoio e subsídios, este estudo visa colaborar nas discussões sobre o assunto. Para tanto, a análise da questão será fundamentada com o exame da variedade de mercadorias originadas na própria capitania e comercializadas no mercado interno e externo.

II

O comércio e a agricultura, desenvolvidos marginalmente ao lado da mineração, escaparam

em grande parte ao rígido controle português devido a dinâmica interna do sistema que não se enquadrava no modelo colonial do "exclusivo metropolitano". Em outras palavras, queremos dizer que a colônia não respondia somente aos estímulos externos da metrópole, pois tanto o comércio como a agricultura permitiram o desenvolvimento econômico interno e ao mesmo tempo garantiram a existência do sistema colonial.

Se o comércio interno permitia a circulação de riquezas, assegurando que parte delas ficasse retida na colônia, a agricultura, por sua vez, contribuía para a fixação do homem na terra e produção os gêneros de consumo de primeira necessidade. Embora estivesse voltada para uma produção de subsistência, ela gerava os excedentes que abasteciam o mercado interno.

Esta questão do abastecimento interno tem sido objeto de análises e debates nos últimos anos e parece-nos bastante complexa. O principal problema, ao se levantar essa questão, reside no fato de que seria necessário haver brechas no sistema colonial de monoprodução, possibilitando a existência de um excedente comercializável que pudesse ir além da simples produção para o autoconsumo, ou seja, o problema seria a aceitação de um setor mercantil de subsistência. A polêmica gerada em torno dos trabalhos de Giro Flamarion Cardoso¹ e de Jacob Gorender² traz a tona esta discussão. Para Gorender a estrutura da plantagem dentro do modo de produção escravista e bissegmentada, isto é, e uma unidade produtora de bens destinados a exportação e para o autoconsumo, produzindo uma economia mercantil (bens comercializáveis voltados para o mercado mundial) e natural (bens destinados somente ao autoconsumo). Giro Flamarion, no entanto, aponta para a existência de um modo de produção secundário ou "brecha camponesa", o qual possibilitaria o plantio de mantimentos para a subsistência e também para a produção de excedente comercializável. Entretanto, apesar de Giro Flamarion apontar para essa linha de análise, a discussão acerca da agricultura excedentária não se esgota, devido a resistência de alguns autores cuja rigidez conceitual não lhes permite ver a dinâmica interna do sistema colonial.

Outro interessante conceito sobre agricultura excedentária é aquele definido por Paul Singer. De acordo com este autor, falar no caráter excedentário da agricultura de subsistência seria redundância, pois "a produção de subsistência se divide em duas partes, uma destinada ao autoconsumo, outra, destinada ao setor de mercado"³. E este mesmo autor que, ao fazer uma retrospectiva da "velha capital" mineira, aborda as especificidades desta capitania em relação às outras Áreas de monocultura cafeeira através de seu conceito de setor de subsistência:

Verifica-se, pois, que na periferia da área mineradora desenvolvem-se atividades de subsistência, cujos excedentes eram destinados ao mercado das Gerais. Era inevitável que isto acontecesse, desde que os produtos de subsistência, além de escassos, alcançaram preços elevadíssimos na área de mineração, onerados como eram por altos custos de transporte (..). Isto mostra que o desenvolvimento do setor de subsistência, em Minas, foi, quase concomitante com o do Setor de Mercado Externo. Mas, é preciso considerar que, tendo sido o primeiro condicionado pelo último, é lógico que aquele só poderia alcançar sua plena expansão após o desenvolvimento deste⁴.

Ao resgatarmos a polemica acerca da "brecha camponesa" e ao trazermos o conceito de subsistência de Paul Singer, gostaríamos de destacar a importância da agricultura excedentária em Minas durante a primeira metade do século XVIII⁵, na medida em que o seu simples reconhecimento nos traz importantes elementos para analisarmos o papel da agricultura no abastecimento do mercado interno e no desenvolvimento da atividade comercial.

Essa atividade criou fortes vínculos com a agricultura de subsistência, pois quanto mais o comércio se desenvolve e intensifica, mais estímulos confere à produção do excedente agrícola. Este

processo constitui-se numa via de mão dupla, pois o estímulo dado a produção agrícola resultara fatalmente no escoamento dessa produção para o comércio.

Com a descoberta dos primeiros veios auríferos, a região das minas assistiu a chegada de grande contingente populacional. No princípio, a ausência de uma política de distribuição de terras, somada ao despreparo das pessoas que as minas se dirigiam, contribuiu para as crises de fome dos anos de 1697/1698 e 1700/1701. Passada esta fase inicial, começou-se a plantar roças de subsistência, muitas vezes conjugadas as lavras. Mas o alto preço que se pagava por qualquer alimento nas minas atraiu grandes senhores de escravos, cujas fazendas passaram a produzir para abastecer a população mineradora:

Desta forma, a mineração viveu sustentada por uma agricultura voltada para o mercado interno. Primeiramente, era a agricultura de subsistência composta das pequenas explorações agrárias que sustentavam os primeiros descobridores e mineradores; posteriormente, grandes fazendas vieram a abraçar a atividade agrícola de manutenção. É importante frisar que as pequenas roças continuaram a existir, colaborando para a produção de alimentos⁶.

A questão da agricultura na capitania mineira no período de auge da extração aurífera foi e tem sido, ainda, desconsiderada por muitos historiadores. Alguns chegaram mesmo a negar a existência de tal atividade antes do declínio da mineração. A maioria destes autores elaborou seus estudos tendo por base o relato de Antonil. Porém, é necessário ressaltar que, se num dado momento Antonil afirma ser estéril o solo das minas "achando-se não poucos mortos com uma espiga de milho na mão sem terem outro sustento"⁷ e ele ainda quem afirma ser a agricultura, assim como o comércio, uma forma de se obter o ouro extraído das lavras:

E com isso não parecera incrível o que for fama constante se conta haverem ajuntado em diversos tempos assim uns descobridores dos ribeiros nomeados, como uns mais afortunados nas datas, e também os que, mantendo gados e negros para os venderem por maior preço, e outros gêneros mais procurados, ou plantando, ou comprando roças de milho nas minas, se foram aproveitando do que outros tiravam⁸.

No entanto, os historiadores que trataram deste assunto atentaram somente para o seu primeiro argumento⁹. Entre eles podemos citar Mafalda Zemella e Mirian Ellis, que desconsiderara a produção interna de alimentos, alegando que o abastecimento da capitania provinha exclusivamente da importação. Outros autores da historiografia clássica desenvolveram esta mesma análise: Waldemar Barbosa, Augusto de Lima Junior, João Domas Filho, Sergio Buarque de Holanda e Caio Prado Junior. A crença de que a mineração foi a única empresa existente nesta primeira metade do século XVIII e a conseqüente negação de outras atividades econômicas persiste ainda em alguns autores contemporâneos, como é o caso de Laura de Mello e Souza em seu livro "Os Desclassificados do Ouro":

A percepção inicial de que a Metrópole se prejudicava pensando se beneficiar desdobra-se no desvelamento gradativo da verdadeira natureza da economia mineira e na conscientização do estado de pobreza da capitania de Minas, que passa a ser o foco principal das atenções(...) Assim, paradoxalmente, a famosa capitania seria na realidade "uma das capitanias mais pobres, que tem a América", o que se devia em grande parte a diminuição dos jornais e ao desprezo pela agricultura, manufaturas e criação de gado¹⁰.

Por seu lado, já na década de 1960, Charles Boxer valorizava a agricultura e o comércio em Minas na primeira metade do século XVIII, abrindo um campo bastante amplo para se estudar o caráter multifacetado da economia mineira:

O preço alto dos mantimentos significava que, em maioria, as pessoas em de fazê-lo, tinham uma fazenda ou roca, nas quais plantavam legumes, e criav aves, porcos, etc. para elas e seus escravos, vendendo o excesso para o consumo i cidade, com bom lucro".

Estudos mais recentes, como o de Carlos Magno Guimarães e o de J. F. Graziano da Silva têm dado novos enfoques a agricultura de subsistência que reforçam a idéia de sua produção excedentária desde o principio da extração aurífera:

Não só a agricultura foi atividade desenvolvida desde o inicio da colonização das minas, como desde cedo teve caráter escravista e mercantil¹.

III

Estudar o século XVIII em Minas Gerais e não levar em consideração a agricultura e o comércio interno e o mesmo que negar a existência de uma vida econômica própria da colônia em relação a metrópole, quando, pelo contrario, estas atividades foram praticadas intensa independentemente dos interesses metropolitanos. Desta maneira, o viés circulacionista que menosprezava o mercado interno em favor de um "capitalismo" perde o sentido em função do dinamismo alcançado por estes setores.

O volumoso comércio praticado nas minas foi viabilizado em grande parte pela produção interna de gêneros alimentícios, ainda que os gêneros importados e os provindos de outras capitanias houvessem contribuído para o fornecimento de mercadorias a região mineradora.

Essas mercadorias importadas e provindas de outras capitanias chegavam a Minas transportadas em lombos de burros, em viagens que duravam ate 60 dias por caminhos bastante difíceis, muitas vezes impraticáveis devido às chuvas prolongadas. Esses fatos tomavam altos 05 preços de tais mercadorias, o que estimulava a produção de gêneros alimentícios e de produtos manufaturados em Minas.

Os tropeiros, ao fazerem quase todo o transporte de mercadorias destinadas ao comercio, tornaram possível a existência do mercado interno, pois garantiram a circulação dos produtos importados e dos produzidos no interior da própria capitania, dando maior vigor as atividades agrícolas e comerciais, tidas como marginais dentro do sistema colonial.

A atuação das tropas e tropeiros não se limitou, portanto, ao contrario do que muitos autores supõem, ao simples transporte das mercadorias chegadas ao porto do Rio de Janeiro para as minas, Esta foi apenas uma face da atividade dos tropeiros. A outra e a intrcada rede comercial que eles estabeleceram internamente, com produtos extraídos das próprias capitanias. A circulação das tropas estimulou a fixação dos povos nos caminhos que se dirigiam para as minas pela facilidade que apresentavam para o escoamento dos produtos de suas lavouras.

A dupla articulação dos tropeiros - o transporte e o comercio de produtos tanto oriundos de outras capitanias quanto os produzidos em Minas e o transporte e comercio das mercadorias importadas - torna-se mais perceptível a partir da documentação já levantada.

Dois editais publicados pela Câmara de Vila Rica, o primeiro de 1722 e o segundo de 1733, ilustram bem o duplo comercio das tropas:

(...) tem chegado a nossa noticia ha muita falta de viveres, assim vindos do Rio de Janeiro como do Sertão dos Curraes, e ainda do termo desta vila, e que muitos moradores della, assim que entrão as carregaçõens de huas, e outras partes as VÃO logo atravessar (...)¹³

(...) mandamos que nenhuma pessoa de qualquer qualidade ou condição que seja acesse mantimentos desta terra como são milho, farinha, feijão, e azeite de Mamonne, nem outros sim possam recolher em suas casas, mantimentos de lavradores nem também de viandantes para as vender a comissão (...)"

Em documentações deste tipo podemos identificar a dupla articulação dos tropeiros atuando o comércio interno e externo da capitania, o tipo de dificuldades encontradas nas estradas e a existência de outros agentes comerciais tais como atravessadores e comissários que, ao lado dos tropeiros, movimentavam a rede comercial de Minas. O estudo destes documentos nos possibilitara, portanto, o desenvolvimento de nossa pesquisa, na medida em que nos trazem elementos suficientes para discutirmos o papel dos tropeiros na economia mineira.

NOTAS

1. CARDOSO, Ciro Flamarion. *Agricultura, escravidão e capitalismo*. Petrópolis: Vozes, 1979.
- 2- GORENDER, Jacob. *O escravismo colonial*. São Paulo: Ática, 1978.
3. SINGER, Paul. *Desenvolvimento e crise*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
4. _____. *Desenvolvimento econômico e evolução urbana*. São Paulo: Nacional, 1968. p. 203.
- 5-Idem, ibidem.
- 6-SILVA, J.F.Graziano (coord). *Estrutura agrária e produção de subsistência na agricultura brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1978.
- 7-ANTONIL, Andre João. *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas*. São Paulo: d. p.292.
- 8-Idem, ibidem.
- 9-Cf. GUIMARAES, Carlos M. & REIS, Liana M. Agricultura e escravidão em Minas Gerais (1700-1750) *Revista do Departamento de História*. Belo Horizonte, Fafich/UFMG. N^o 2. 15, 1986.
- 10-SOUZA, Laura de Mello e. *Desclassificados do ouro*. Rio de Janeiro: Graal, 1986. p. 35
- 11-BOXER, Charles. *A idade de ouro do Brasil*. São Paulo: Nacional, 1969. p. 67.
- 12-GUIMARAES, CM. & REIS, Liana M. Op. cit. p. 21
- 13-CMOP n^o 6, p. 28v e 29. APM.
- 14- CMOP n^o 6, p. 155, 155v, 156. APM.